

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E EDUCAÇÃO PRESENCIAL: Os benefícios comparativos de duas formas de transmissão de conhecimento

Bruno Kim
Gabriel Furtado
Gustavo Hoffmann
Rafael Rocha
Túlio Ribeiro

Palavras-chave: Educação à distância, Educação presencial, Internet.

1. Introdução

A Educação à Distância (EAD) há vários anos é tema de discussão. Em 1922, Thomas Edison disse que “... os filmes estão destinados a revolucionar nosso sistema educacional e em alguns anos eles vão suplantam largamente, se não inteiramente, o uso dos livros texto”. Em 1945, 23 anos depois, William Levenson, diretor da estação de rádio das escolas públicas de Cleveland nos Estados Unidos disse que “chegará o tempo em que um aparelho portátil de rádio será tão comum em uma sala de aula quanto o quadro negro”. Estas afirmações se assemelham com as que vemos nos dias de hoje, encarando a internet como a tecnologia que veio para melhorar a educação e proporcionar um alcance nunca visto antes a ela. A diferença fundamental entre a educação presencial e a EAD é a ausência do corpo nesta última. A pergunta que deve ser feita é quão presente uma pessoa pode estar através da internet, e quão presente ela necessita estar para que consiga se tornar um expert em determinada área do conhecimento. (DREYFUS, 2001)

2. Dos Fatos

Se a EAD conseguir realmente ser desenvolvida, sem dúvida alguma ela trará benefícios educacionais, e atrelados a eles, desenvolvimento econômico. Não haveria problemas de salas de aula lotadas, falta de infraestrutura, e mais alunos teriam a possibilidade de frequentar as aulas das melhores universidades do mundo, não mais se deparando com problemas de barreiras geográficas ou monetárias.

Segundo Dreyfus (2001), existem 5 principais estágios através dos quais um estudante aprende uma determinada disciplina ou uma habilidade. Os estágios definidos por ele são noviço, iniciante avançado, competência, proficiência e *expertise*.

No primeiro estágio, novição, o aprendizado se dá principalmente através de instruções. Nesse estágio, um instrutor decompõe as tarefas em tarefas simples, passíveis de serem entendidas sem a necessidade de uma contextualização. O estudante, basicamente, aprende a seguir regras para determinadas ocasiões, semelhante a um programa de computador.

No segundo estágio, de iniciante avançado, o estudante já ganhou um pouco mais de experiência e é capaz de compreender o contexto do problema e distinguir os elementos dele que são ou não importantes de se considerar na hora de aplicar uma determinada regra. Nesse estágio, ele já utiliza sua pouca experiência na área para julgar as situações que se depara.

O terceiro estágio da escala proposta por Dreyfus (2001) é a competência. Nesse ponto, a quantidade de regras e procedimentos que o estudante consegue reconhecer e seguir se torna absurdamente grande. O estudante começa então a julgar quais elementos do contexto são importantes e devem ser levados em consideração e quais não. Para evitar erros, o estudante então começa a buscar outras regras e procedimentos para suportar seus julgamentos sobre a relevância dos elementos e perspectivas, mas estas novas regras de julgamento já não são tão simples como a dos primeiros estágios. Precisar analisar e julgar para alcançar os resultados se torna então assustador para o estudante, uma vez que agora ele tem maior responsabilidade sobre suas escolhas e julgamentos do que nos dois primeiros estágios. Se uma regra selecionada e aplicada por ele falhar, ele sentirá “na pele” a sensação do fracasso, e por outro lado, se ele tiver êxito, irá vivenciar uma situação de euforia e alegria, impossíveis de serem sentidas por um aluno nas fases de novição ou iniciante avançado, pois estes últimos não têm responsabilidade direta se uma regra aplicada por eles falhar ou obtiver êxito.

Nesse terceiro estágio, a emoção começa a aparecer e a se envolver no processo de aprendizagem. Segundo Dreyfus (2001), “se fossemos seres desincorporados, mentes puras livres das nossas confusas emoções, nossas respostas para o sucesso e fracasso teriam um déficit de seriedade e excitação”, que são fatores que suportam fortemente o aprendizado.

O quarto estágio, proficiência, só será alcançado se houver um forte envolvimento emocional do estudante, se ele se sentir responsável direto por suas escolhas e ações durante o processo de aprendizagem. As habilidades do estudante, antes baseadas essencialmente em seguir regras e procedimentos seriam então gradualmente substituídas por interpretações das situações acompanhadas de respostas associadas à estas situações. Dreyfus (2001) ainda coloca que a proficiência parece se desenvolver se, e somente se, a experiência for assimilada desta maneira incorporada, necessitando então de um envolvimento corpóreo. Só desta maneira, as reações e respostas intuitivas substituirão as respostas racionais antes baseadas em regras e procedimentos bem definidos. O estudante proficiente vê a situação através de uma perspectiva adotada por ele intuitivamente, fato possível devido a sua já elevada experiência na área. Apesar disso, ele ainda necessita racionalizar sobre o que deve ser feito a respeito do problema em questão. Ele consegue ver e compreender bem o problema a ser resolvido, mas precisa ainda descobrir qual a melhor maneira para chegar na resposta certa.

O estágio da expertise é o quinto na escala. O expert, além de vislumbrar o resultado almejado consegue também ver o que deve ser feito para alcançá-lo. A habilidade de discriminar de uma forma mais sutil e refinada é o que diferencia o expert do proficiente. Neste nível, o estudante que tenha dominado uma determinada matéria, consegue enxergar imediatamente a solução para problemas propostos sobre este assunto.

O papel do professor neste estágio é servir de exemplo para seus alunos que, como aprendizes, observam e imitam um expert ao invés de apenas tentar achar um melhor modo de lidar com o conteúdo. Isto é um ponto que difere entre o ensino à distância e o presencial. O contato direto com o professor mostra onde os itens estudados encaixam no mundo a sua volta, além de muitas vezes possibilita que os alunos trabalhem com os mesmos.

Como expert, o estudante tem uma maior maturidade para desenvolver os assuntos que são de seu interesse, e para uma melhoria mais profunda destes assuntos não há método melhor que o de aprendiz direto com um mestre, que já domina as técnicas. Mas não se deve ficar restrito a apenas um mestre, senão o aluno tende a

copiar as técnicas e jeitos do mesmo, por isso é incentivado que ele tenha vários mestres, onde a colisão de estilos diferentes resulte na surgimento de um estilo próprio de aprendizado para aquele estudante, onde ele conseguirá se destacar, não só pelo bom desempenho, mas também pela promessa de se tornar um expert contributivo em um futuro próximo.

Na escala de aquisição de conhecimento e habilidades proposta, envolvimento e a presença de um corpo físico capaz de vivenciar emoções são necessários para que um aluno consiga alcançar os estágios de proficiência e *expertise*. Dreyfus (2001) aponta algumas deficiências da educação à distância, como por exemplo, impossibilidade de treinamento *in loco*, demonstrações da teoria na prática em situações reais, a sensação de ausência de risco e anonimato que através da internet impossibilita aos estudantes experienciar emoções e o envolvimento necessário para se tornarem proficientes ou *experts*. A telepresença aparece como uma alternativa para tentar solucionar este problema da distância e do anonimato proporcionados pela educação via internet e busca personificar o usuário através de aparatos tecnológicos tentando fazer com que ele vivencie, através da internet, as emoções que teria se estivesse assistindo a uma aula presencial.

3. Conclusão

Segundo o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação a Distância (2007, REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA, p.5), no Brasil, a modalidade de educação a distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação à distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005.

No Decreto 5.622, ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação à distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação,

harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação. Entre os tópicos relevantes do Decreto, tem destaque:

- a) a caracterização de EAD visando instruir os sistemas de ensino;
- b) o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância;
- c) maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos pólos descentralizados de atendimento ao estudante;
- d) mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- e) permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes;
- f) previsão do atendimento de pessoa com deficiência;
- g) institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade para a educação a distância.

Percebe-se que com tais diretrizes descritas anteriormente o MEC tem como objetivo consolidar as bases da educação à distância considerando em parte os níveis apresentados por Dreyfus e se os níveis primários estiverem comprometidos, menor será a fração que terá domínio do alto nível de conhecimento, fator fundamental para o desenvolvimento social. Tal desenvolvimento impacta positivamente nos indicadores sócio econômicos e vários países emergentes tiveram como um dos pilares, o alto conhecimento, para atingirem o nível ao qual pertencem.

Tendo em vista o que foi apresentado, a EAD pode ser vista como um ingresso na educação, pois propicia os níveis iniciais de conhecimento e se torna uma fonte de consulta para os que já passaram por tal estágio. Assim, o ensino à distância é uma ferramenta suplementar ao Ensino Superior, mas segundo a abordagem dos níveis de conhecimento, a presença em sala de aula, facilidade de comunicação verbal, discussões e aprendizado em grupo são essenciais para a consolidação do conhecimento nos níveis mais altos.

4. Referências Bibliográficas

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**, 2007. 162 p. (Introdução).

DREYFUS, H. L. *On the internet*. 2ª Edição. Estados Unidos da América, Canadá: Routledge, 2001. 168 p. (Thinking in Action)